



Senadores Paulo Paim (2º à esq.), Marconi Perillo (C) e Mão Santa (3º à dir.) participam da sessão: Anfip tem propostas para um Estado mais justo, igualitário e eficaz

Homenagem à entidade que reúne 11 mil auditores fiscais

Sessão especial, no Plenário, celebrou ontem os 60 anos de fundação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, que reúne mais de 11 mil associados. **2**

Comissões examinam projetos que dão transparência ao Orçamento

Comissão de Assuntos Econômicos discute hoje proposta de Jereissati que restringe número de emendas parlamentares, mas garante execução das ações indicadas. Comissão de Justiça pode votar amanhã projeto de Simon que prevê participação popular na elaboração orçamentária

A ideia do projeto do senador Tasso Jereissati, relatado por Arthur Virgílio, é obrigar o governo a executar todas as despesas sugeridas por emendas individuais ou de bancada, desde que haja possibilidade técnica. Deve-

rão participar da audiência pública de hoje na CAE os secretários-executivos dos ministérios da Fazenda, Nelson Machado, e do Planejamento, João Bernardo Bringel, além do secretário da Fazenda de Minas Gerais, Simão Cirineu. Já a proposta do senador

Pedro Simon prevê que os cidadãos brasileiros poderão participar, diretamente ou por meio de suas organizações, do processo de elaboração, aprovação e controle dos orçamentos da União, dos estados e dos municípios. **3**

especial Cidadania

Proposta cria conselho nacional do consumidor de energia elétrica **8**

Debates ajudam comissão a aperfeiçoar o projeto do CPC **4**

CPI da Pedofilia ouve acusado de matar jovens em Luziânia **4**

Comunicação do Senado define rumos para os próximos anos **7**



Tatiana Mares Guia, curadora, diante de obras da exposição de artes plásticas que celebra os 50 anos de Brasília

Plenário homenageia Brasília pelos seus 50 anos

Os 50 anos da construção de Brasília serão lembrados na sessão de hoje do Plenário, como

parte das homenagens organizadas pelo Senado para o cinquentenário da capital. Ontem,

foi aberta a exposição *Retratos de Brasília, Janelas do Brasil, Arte em festa*. **2**



Fernando Collor (4º à direita) coordena encontro na CI sobre recursos humanos

Grade curricular de Direito deve ser modernizada, diz especialista

Especialista defende em debate na Comissão de Infraestrutura (CI) a modernização dos cursos

de Direito, que devem oferecer conhecimento básico em mineração e extração de petróleo. **5**

Sarney debate com blogueiros uso de redes sociais

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem um grupo de internautas para discutir como a instituição pode utilizar as redes sociais de comunicação para aprimorar o seu diálogo com a sociedade. Atualmente, o Senado está presente no Twitter, no Orkut e em breve disporá de um canal no YouTube.

Para o representante da Bites Consultoria, Manoel Fernandes, a discussão com os internautas representa uma clara disposição do Senado em falar de forma mais transparente com a sociedade. Segundo ele, o país conta hoje com 60 milhões de pessoas que cultivam o hábito de acessar a internet.

O encontro contou com a participação de representantes dos *blogs* Mãe com Filhos, MarcosAlencar.com.br, Vai com tudo, Mundo das Tribos, Boombust, Moda para Usar e Frasear.com.

Fundo de Reserva do SIS poderá render mais

A Mesa diretora do Senado modificou, na última quinta-feira, o Ato 25/02, que determinava a aplicação dos recursos do Fundo de Reserva do Sistema Integrado de Saúde (SIS) exclusivamente na poupança.

Com a mudança, os recursos poderão ser aplicados em títulos federais de maior rentabilidade no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal.

A alteração no ato foi pedida pelo presidente do Conselho do SIS, senador Marconi Perillo (PSDB-GO), com base em relatório que apurou um prejuízo de R\$ 200 milhões desde 1999, pela obrigatoriedade de a aplicação ser feita apenas em poupança.

O relatório foi elaborado por uma comissão instituída em novembro do ano passado, por meio de ato do Conselho de Supervisão do SIS, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a gestão dos recursos financeiros do fundo de reserva do sistema.

Mantida exclusivamente pela receita das mensalidades de seus mais de 11 mil filiados, a Anfip representa os auditores fiscais da Receita Federal e subsidia governos e parlamentares com estudos importantes para a tomada de decisões



Senadores e convidados na sessão especial em homenagem à Anfip: entidade quer um Estado mais justo, igualitário e eficaz, segundo o vice-presidente Marconi Perillo

Senado homenageia os 60 anos da associação dos auditores da Receita

OS 60 ANOS de criação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) foram homenageados ontem, em sessão especial do Senado. Entidade civil autônoma e sem fins lucrativos, a Anfip trabalha em benefício dos servidores ocupantes de cargos de auditor fiscal da Receita Federal, sendo mantida, exclusivamente, pela receita das mensalidades de seus filiados, que já ultrapassam os 11 mil associados.

Para o vice-presidente do

Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO), a Anfip, além de lutar pelos direitos de seus associados, tem apresentado ao país excelentes propostas para que o Estado brasileiro seja mais justo, igualitário e eficaz em todas as suas ações.

O senador Paulo Paim (PT-RS), autor do pedido que resultou na homenagem, aproveitou a oportunidade para voltar a pedir ao governo o reajuste de 7,71% para aposentados e pensionistas, retroativo a janeiro de 2010. Segundo garantiu, a An-

fip, entidade que classificou "de amiga e parceira", já demonstrou que o reajuste não causará nenhum tipo de problema aos cofres públicos. O senador Mão Santa (PSC-PI) concordou e disse que aposentados e pensionistas "estão endividados".

Também presente à sessão, o presidente do conselho executivo da Anfip, Jorge Cezar Costa, disse que a entidade defende a valorização do salário mínimo e do trabalhador brasileiro, bem como o tripé seguridade social, saúde e assistência

previdenciária.

Já Nelson de Miranda Osório, diretor de finanças da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), observou que a Anfip subsidia governos e parlamentares com estudos importantes para a tomada de decisões. O presidente do Movimento Nacional de Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap), Edison Guilherme Haubert, conclamou o Congresso Nacional a aprovar o reajuste para aposentadorias e pensões.

Plenário celebra hoje 50 anos da inauguração de Brasília

Uma homenagem em Plenário aos 50 anos de Brasília será realizada hoje, a pedido do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), como parte da série de comemorações organizadas pelo Senado para marcar o cinquentenário da capital. Logo depois, haverá o lançamento do livro *Brasília, 50 anos*, da fotógrafa Maria Lopes, no Salão Branco do Congresso Nacional.

A mostra *Retratos de Brasília* foi aberta ontem, reunindo obras de 23 artistas plásticos brasileiros. Hoje, outra exposição será aberta – *Brasília, fatos importantes* –, em que imagens cedidas pelo Arquivo Público do Distrito Federal formam

uma linha do tempo desde a construção da capital até os dias atuais.

Amanhã, às 11h, será inaugurada, no Salão Negro do Congresso, a exposição *Senado Federal, 50 anos de Brasília*. Haverá homenagens aos pioneiros de Brasília que trabalham ou trabalharam no Senado e o lançamento do 3º Concurso de Redação do Senado Federal, que terá o tema "Brasília, capital dos brasileiros" – a premiação dos vencedores ocorrerá em novembro.

Veículos

Os veículos de comunicação do Senado também preparam



Tatiana Mares Guia, curadora da exposição *Retratos de Brasília*, aberta ontem

produtos especiais para celebrar o cinquentenário da capital. A Rádio Senado e a TV Senado produziram diversos programas sobre os lugares e os habitantes de Brasília, sobre sua história e seus pioneiros. Alguns des-

ses programas já estão sendo veiculados.

O *Jornal do Senado*, por sua vez, publica amanhã um suplemento especial de oito páginas sobre os 50 anos do Parlamento na nova capital.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Homenagem a 21 de abril

14h O início da sessão será destinado a homenagear os 50 anos de Brasília e o Dia de Tiradentes, comemorados em 21 de abril. A pauta está trancada pela MP 473/09.

Presidência Parlamento da Noruega

12h José Sarney recebe o presidente do Parlamento da Noruega, Dag-Terje Andersen, e comitiva. Depois, participa da homenagem aos 50 anos de Brasília e ao Dia de Tiradentes.

Juristas Novo CPC em debate

9h Reunião administrativa, no Interlegis, da comissão de juristas encarregada de elaborar o anteprojeto do novo Código de Processo Civil.

CMA Preços de obras públicas

9h30 A comissão debate a fixação de parâmetros de preços para obras públicas. Foram convidados, entre outros, representantes da Controladoria-Geral da União e da Polícia Federal.

CRA Isenção de IPI para agricultor

9h30 Na pauta, projeto que isenta de IPI a compra de máquinas destinadas exclusivamente à agricultura, se adquiridas por agricultores familiares ou cooperativas.

CAE Gestão fiscal responsável

10h Debate na Comissão de Assuntos Econômicos sobre o PLS 229/09 (normas gerais sobre orçamento, controle e contabilidade para fortalecer a gestão fiscal responsável).

CE Cessão de sinais para a EBC

11h Proposta que determina a cessão de sinais de eventos desportivos de interesse nacional para a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) está na pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Outra proposta na pauta de 27 itens estabelece regras para a prática de esportes radicais ou de aventura no país.

CAS Recursos para Previdência

14h Comissão de Assuntos Sociais promove audiência pública para discutir a possível destinação à Previdência Social de parte dos recursos provenientes da exploração da camada pré-sal. Entre os convidados, estão o ministro da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas, e representantes das centrais sindicais.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Modelos muito magras podem ser impedidas de desfilar

Com o objetivo de evitar distúrbios alimentares como a anorexia, tramita no Senado projeto (PLS 691/07) que proíbe a apresentação de modelos com índice de massa corporal (IMC) inferior a 18 e impede a "promoção de sua imagem por qualquer meio". A proposta está na pauta de amanhã da Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS), para decisão terminativa.

Quando apresentou a proposta, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) citou o caso da modelo paulista Ana Carolina Reston Macan, que morreu em novembro de 2006, aos 21 anos, vítima de anorexia. No texto, ele afirma que "as modelos, para serem aceitas por agências e poderem desfilar, precisam ter IMC de subnutrição, fator de extremo risco à saúde, sem falar no péssimo exemplo para milhares de mulheres adolescentes e adultas".

O relator, senador Papaléo Paes (PSDB-AP), concorda que,



Intenção de Gerson Camata é evitar distúrbios como a anorexia

"de fato, a anorexia acomete, predominantemente, as modelos da indústria da moda, que associa a ideia de beleza à imagem de corpos esqueléticos".

Papaléo lembra que, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, uma pessoa tem peso abaixo do recomendado quando seu IMC é inferior a 18,5. O relator modificou o texto original para deixar mais claras a redação e as definições contidas na proposta. Se for aprovado pela CAS, o projeto será enviado ao exame da Câmara.

Projeto permite trocar índice de correção de dívida previdenciária

Está na pauta da Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS) o projeto de lei que dá aos municípios e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a opção de trocar o índice de correção das dívidas previdenciárias municipais.



Antônio Carlos Valadares

Segundo o autor da proposta, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), a medida (PLS 262/08) visa oferecer uma solução antes que as dívidas fiquem impagáveis.

O índice hoje utilizado para a correção resulta da soma da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) aplicada a títulos federais mais juros adicionais de 1% ao mês. Segundo Valadares, essa forma de correção "faz com

que após alguns anos se chegue à inviabilidade do parcelamento das dívidas.

O senador propôs que esse índice possa ser substituído pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor

Amplio (IPCA) se houver acordo entre o município e o INSS.

Para implementar a medida, o projeto altera a Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005. Essa lei trata, no capítulo XIV, do parcelamento das dívidas municipais junto ao INSS.

Em seu relatório, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) defende a aprovação do projeto, que, após votação na CAS, será enviado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Comissão vota projeto que trata das atividades dos ferros-velhos

A CCJ deve decidir amanhã o destino de 11 emendas apresentadas pelos deputados a projeto que disciplina o funcionamento das atividades de desmontagem de veículos, os chamados ferros-velhos. O texto (PLS 372/05), do senador Romeu Tuma (PTB-SP), trata inclusive de regras para o comércio de peças de reposição ou de sucata obtidas a partir do desmanche.



Romeu Tuma

Além de sugerir regras mais duras para as atividades legais de desmontagem, a proposta também busca dificultar o desmanche ilícito. O texto prevê que a atividade dependerá de autorização específica do órgão

executivo de trânsito de cada estado. Para coibir a comercialização de peças roubadas, determina a identificação das partes e dos componentes principais dos veículos, conforme regras do Conselho Nacional de Trânsito (Contran). Um banco de dados deverá permitir o acompanhamento das peças e dos veículos desmontados.

O relator na CCJ, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), sugere a aprovação de quatro emendas. Uma delas permite que o ferro-velho seja explorado na forma de empresa de propriedade individual.

Conforme proposta, cada estado teria apenas uma emenda de bancada, assinada pelos três senadores, enquanto as emendas individuais seriam apresentadas apenas pelos deputados

CAE discute hoje em audiência novas regras para Orçamento

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) discute hoje, às 10h, projeto do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que altera as regras do processo orçamentário. A proposta já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e agora será examinada em decisão terminativa pela CAE, onde é relatada por Francisco Dornelles (PP-RJ). Deverão participar do debate o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Machado; o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, João Bernardo Bringel; e o secretário de Fazenda de Minas Gerais, Simão Cirineu.

O projeto (PLS 229/09) de Jereissati tramitou na CCJ juntamente com proposta (PLS 248/09) de Renato Casagrande (PSB-ES) que trata da contabilidade e do controle das contas públicas. Relator dos dois projetos na CCJ, Arthur Virgílio (PSDB-AM) apresentou substitutivo às duas matérias.

Um dos pontos que devem ganhar novo disciplinamento são as emendas parlamentares. Incorporado ao substitutivo da CCJ, o projeto de Jereissati é bastante restritivo. Pelo texto,



Projeto de Jereissati recebeu substitutivo na Comissão de Constituição e Justiça

cada estado pode apresentar só uma emenda de bancada. Hoje, o número de propostas varia entre 15 e 20, a depender do porte da unidade federativa. Essa única emenda de bancada seria assinada em conjunto pelos três senadores do estado, que perderiam o direito às emendas individuais. Apenas os deputados continuariam autorizados a propor essas emendas, mas o número cairia a dez por parlamentar, menos da metade do atual.

A restrição ao número de emendas seria compensada com a garantia quase plena de execução das ações indicadas, normalmente obras para as bases

eleitorais. A ideia é obrigar o governo a executar todas as despesas sugeridas, por emendas individuais ou de bancadas, desde que haja possibilidade técnica.

Viabilidade

Mas o risco de inviabilidade dos projetos pode diminuir devido à providência que deverá ser imposta aos governos dos entes federativos: a criação de um banco de projetos, com estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental concluídos.

Esse banco será a fonte de onde sairão obras e empreendimentos públicos que vão entrar nos orçamentos, inclusive os que devem ser sugeridos por emendas ao Orçamento da União.

As regras para inscrição de despesas nos chamados "restos a pagar", segundo o projeto, serão mais severas, devendo os registros ser limitados ao efetivo saldo da disponibilidade financeira de cada destinação prevista. Os administradores ficam sujeitos a punições por desvios cometidos para legalizar lançamentos fora dos padrões fixados.

CCJ analisa maior influência do cidadão nas leis orçamentárias

Os cidadãos brasileiros poderão participar, diretamente ou por meio de suas organizações, do processo de elaboração, aprovação e controle dos orçamentos da União, dos estados e municípios. Proposta que prevê a participação popular – tanto na fase de elaboração pelos Executivos quanto na tramitação legislativa da Lei Orçamentária Anual, do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), nos três níveis de administração – pode ser votada amanhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta do senador Pedro Simon (PMDB-RS) regulamenta dispositivo constitucional para assegurar a participação popular por meio de audiências

públicas. O relator, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), apresentou voto favorável ao PLS 171/05 – Complementar. Mas, em vez de uma nova lei, propõe que a norma determinando as audiências com participação dos cidadãos seja incluída na Lei de Responsabilidade Fiscal (101/2000).

O projeto de Simon estabelece que os Executivos federais, estaduais e municipais, na fase de elaboração das leis relativas a seus orçamentos, deem ampla publicidade às audiências públicas destinadas a receber propostas e sugestões populares.

A proposta determina ainda que o Congresso, as assembleias legislativas e as câmaras municipais realizem audiências



Projeto regulamenta participação por meio de audiências públicas

públicas durante a votação do Orçamento, da LDO e do Plano Plurianual, a fim de receber emendas e sugestões. Além disso, prevê que sejam discutidos com a sociedade os relatórios dos tribunais de contas da União, dos estados e dos municípios. Suplicy propõe a adoção das medidas por meio da inclusão de dois novos artigos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Proposta incentiva economia de recursos naturais

Outro projeto na pauta de amanhã da CCJ propõe que os planos diretores das cidades deverão priorizar medidas que promovam economia de recursos naturais e adequado tratamento de resíduos.

Pela proposta (PLS 183/08), também do senador Pedro Simon, os planos diretores precisarão focar três conjuntos de ações. O primeiro prevê estímulos para que as edificações públicas ou privadas possuam sistemas de captação, armazenamento e reciclagem da água das chuvas.

Uma segunda prioridade será

em ações e diretrizes que promovam política integrada de coleta e tratamento de resíduos sólidos e do sistema sanitário. A terceira linha envolve a oferta de incentivos ao consumo equilibrado e à adoção de processos ambientalmente adequados como, por exemplo, o uso de energia solar em residências.

Usucapião

A CCJ também pode votar nesta semana proposta que dá legitimidade ao Ministério Público para propor ação de usucapião especial de imóvel urbano de áreas com mais de 250

m² ocupadas por população de baixa renda por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição. O usucapião só pode ser pedido onde não for possível identificar os terrenos ocupados individualmente pelos possuidores e desde que os ocupantes não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.

O Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01) não incluía o MP entre as partes que podiam iniciar a ação, dando esta condição apenas aos próprios possuidores, isoladamente ou reunidos, inclusive sob a forma de uma associação de moradores.

Comissão que elabora anteprojeto de novo Código de Processo Civil elogia contribuições dadas nos encontros com magistrados, advogados e especialistas



Comissão se reuniu para avaliar as sugestões feitas durante as seis audiências públicas realizadas nas capitais até agora

Debates nas capitais ajudam a construir um CPC melhor

O PRESIDENTE DA comissão de juristas que elabora o anteprojeto do novo Código de Processo Civil (CPC), ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luiz Fux, está entusiasmado com as contribuições recolhidas nas seis audiências públicas realizadas em Belo Horizonte, Fortaleza, Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo e Manaus.

O ministro citou como exemplo a posição em relação ao instrumento conhecido como "reexame necessário" – a obrigatoriedade de que uma ação contra a Fazenda Pública, acima de determinado valor, seja julgada novamente pela instância superior à do juiz original.

– As audiências públicas foram incisivas na necessidade da manutenção do reexame necessário. Hoje nós nos sensibilizamos com isso e mantivemos o reexame necessário nas causas contra a Fazenda, muito embora tenhamos modulado o valor das causas diante de uma nova realidade – afirmou Fux.

Atualmente, o CPC prevê o reexame necessário para causas acima de 60 salários mínimos. A comissão proporá reexame só acima de mil mínimos.

Nesta semana, haverá reuniões em Curitiba, na quinta-feira, e em Porto Alegre, na sexta.

Recursos

Fux anunciou novas decisões a serem incluídas no anteprojeto. Uma delas é a possibilidade de advogado fazer sustentação oral no recurso do agravo de instrumento que seja dirigido contra as "tutelas de urgência", as chamadas decisões liminares.

– Sabemos que essas liminares causam uma repercussão muito grande na esfera jurídica da parte contrária. O recurso contra essas liminares, em regra, não era previsto com sustentação oral. Resolvemos instituir a sustentação oral [nestes casos], mas ao mesmo tempo limitamos o uso para outras decisões interlocutórias – explicou o ministro do STJ.

Outra novidade "muito expressiva" por ele anunciada foi "a adoção das soluções dos recursos representativos das controvérsias, firmadas essas teses pelo Superior Tribunal de Justiça, como obrigatórias não só para os tribunais como também para os juízes de primeiro grau". Para ele, a medida vai diminuir muito o número de recursos, inclusive na instância local, sem prejuízo de diminuir nos tribunais superiores.

– O juiz local não vai poder julgar diferentemente do que foi decidido no recurso representativo. E, forçosamente, o tribunal não vai poder conhecer de um recurso que pretenda modificar essa decisão. Isso sem prejuízo da repercussão geral que o Supremo Tribunal Federal (STF) já tem como obrigatórias – afirmou Fux, para quem a novidade não implica em cerceamento do poder do magistrado, já que a legislação atual prevê que os juízes possam julgar de acordo com a jurisprudência dominante.

CPI interroga, em Goiânia, acusado de matar seis jovens

O pedreiro Admar de Jesus Silva, acusado de matar seis garotos em Luziânia (GO), prestou depoimento em Goiânia, ontem, ao presidente e ao relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia – os senadores Magno Malta (PR-ES) e Demostenes Torres (DEM-GO).

Segundo Demostenes, o pedreiro confessou detalhes que não havia contado ainda à polícia. Até então, Admar só reconhecia ter mantido relações sexuais com dois menores, mas confessou aos senadores ter matado todos os garotos após o sexo. Demostenes acredita que as novas confissões de Admar à CPI podem agravar ainda mais a sua situação.

– De acordo com a confissão anterior, ele seria indiciado por homicídio. Mas agora são dois crimes: estupro e homicídio (dos seis rapazes) – afirmou.

Admar pode ser considerado um assassino em série,

segundo Demostenes.

– Ele disse que, após a relação sexual, sentia ódio e nojo. Disse que ouve vozes e que sonha com os crimes – contou o senador à Agência Senado.

O interrogatório foi realizado na Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás. A CPI da Pedofilia esteve em Luziânia no curso das investigações. O acusado pelos assassinatos, Admar de Jesus Santos, é um pedreiro de 40 anos que havia sido condenado a 14 anos de prisão por pedofilia em Brasília, mas, após cumprir quatro anos, foi beneficiado pela progressão do regime. Admar atraía os jovens oferecendo pequenos trabalhos de pedreiro ou dinheiro. Segundo a polícia, ele matou os jovens a pauladas e os enterrou em covas rasas. O acusado foi preso no último sábado em Luziânia, mas foi transferido no domingo para Goiânia, por motivos de segurança.



Magno Malta lembrou que Admar já era condenado a 14 anos de prisão

Mais cedo, em entrevista à Rádio Senado, Magno Malta disse que, caso fique comprovado que houve desleixo na libertação do pedreiro Admar de Jesus Silva, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deveria punir os juízes responsáveis pela libertação do acusado. De acordo com a polícia que investiga o caso, ele fez sua primeira vítima poucos dias depois de deixar a prisão.

– Havia laudos que apontavam o risco, que [mostravam ser] este homem um pedófilo perigoso. A libertação dele sem qualquer tipo de assistência permitiu essa desgraça – disse Magno Malta.

Francisco Dornelles: tragédia no Rio tem origem estrutural

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ressaltou que a tragédia vivida pelo estado do Rio de Janeiro na última semana, com as fortes chuvas, tem origem estrutural e se deve ao longo período de recessão econômica que se estendeu da década de 1960 à de 1980.

– É uma situação muito grave, que causa a todos um sentimento de impotência e que tem origem na recessão dos anos 60, 70 e 80, que levou a um grande fluxo migratório para o Rio. É decorrência de falta de planejamento e acontece como um fenômeno da natureza, mas reflete grandes problemas estruturais – ponderou.

O senador agradeceu o apoio dado pelo presidente Lula e elogiou a competência do governador Sérgio Cabral e do prefeito Eduardo Paes, ambos do PMDB, na tentativa de recuperação das áreas atingidas. Dornelles agradeceu, igualmente, o apoio recebido no Senado de parlamentares de diversos



Situação é decorrente de falta de planejamento, diz Francisco Dornelles

partidos.

Café solúvel

Francisco Dornelles também pediu ao novo ministro da Agricultura, Wagner Rossi, que encontre uma saída para a importação de café em grão, dentro do regime de *drawback* (incentivo à importação de matéria-prima visando à posterior exportação de bem manufaturado). Caso contrário, disse, o setor de café solúvel corre o risco de desaparecer.

Paulo Duque isenta governador do Rio e prefeito de Niterói

Paulo Duque (PMDB-RJ) manifestou solidariedade ao governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, e ao prefeito de Niterói, Jorge Roberto Silveira, que "estão sendo estigmatizados" pela tragédia que se abateu sobre o estado e a cidade, em decorrência das chuvas. Segundo o senador, eles não têm culpa de um desastre causado pela natureza.

O senador lamentou que o Rio, cidade feliz e alegre, "permanentemente viva", tenha ficado triste com tanto luto. Até agora o estado contabiliza 231 mortes. Ele afirmou que os chamados "parques proletários", construídos no fim da década de 1930 pelo então presidente da República, Getúlio Vargas, desapareceram sob as chuvas que castigaram o estado.

Para o senador, uma das me-



Cabral e Silveira não têm culpa por um desastre da natureza, afirma senador

lhores providências que se fez no país foi a mudança da capital para Brasília, porque "o Rio de Janeiro não aguentaria a massa de população de todo o país que teria ido para lá em busca de vida melhor".

O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) criticou a busca de culpados pela tragédia.

Suplicy se solidariza com população atingida por chuvas

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) se solidarizou com a população do Rio de Janeiro, de Niterói e de outras cidades fluminenses afetadas pelas fortes chuvas, que levaram à morte mais de 230 pessoas. Ele se colocou à disposição dos prefeitos desses municípios para qualquer medida destinada a amenizar o sofrimento das famílias atingidas. Ponderou ainda ser necessário que as pessoas que moram em áreas de risco deixem suas casas e que as prefeituras lhes ofereçam condições de mudança para outros locais.

Suplicy também sugeriu ao candidato à Presidência da República José Serra (PSDB) que peça ao atual governador de São Paulo, Alberto Goldman, a reabertura de negociações com os professores da rede pública do estado, que ficaram um mês em greve, mas não tiveram suas



Senador paulista defendeu remoção de moradores das áreas de risco

reivindicações salariais atendidas. Ele sugeriu que Goldman receba a presidente do Sindicato dos Professores, Maria Izabel Noronha.

Suplicy afirmou que viajará ao Canadá, onde participará, na sexta-feira, da reunião da rede norte-americana e canadense de renda básica.

Para diretor do Instituto Geodireito, cursos de ciências jurídicas no país deveriam incluir nos currículos disciplinas que proporcionem conhecimentos básicos em setores como os de mineração e extração de petróleo



Fernando Collor (3º à esq.), presidente da CI, dirige audiência pública sobre formação e capacitação de recursos humanos para a prospecção e a exploração minerais

“Advogados brasileiros precisam se especializar em áreas técnicas”

OS CURSOS DE Direito no Brasil precisam se modernizar, incluindo em suas grades curriculares disciplinas que proporcionem aos futuros bacharéis conhecimento básico em áreas técnicas, por exemplo, aquelas ligadas à mineração e extração de petróleo.

Essa é a opinião do diretor-executivo do Instituto Geodireito, Luiz Antonio Ugeda Sanches, que participou ontem de audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) sobre os “Desafios, Necessidades e Perspectivas na Formação e Capacitação de Recursos Humanos para a Prospecção e Exploração Mineral”.

Para Ugeda Sanches, a atual formação dos profissionais de Direito é demasiadamente voltada para a busca de “conhecimento enciclopédico, discursivo e sem vinculação com o dia a dia”, carecendo, por exemplo, de cursos específicos para a atuação em empresas de áreas técnicas.

Novas tecnologias

Por sua vez, o gerente-executivo do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Petrobras (Cenpes), Carlos Tadeu da Costa, relatou o esforço desenvolvido pela empresa estatal junto a universidades e centros de pesquisa para dotar o Brasil de

laboratórios de referência mundial que possam complementar as necessidades de geração de novas tecnologias.

O presidente da Comissão de Infraestrutura, senador Fernando Collor (PTB-AL), parabenizou o trabalho desenvolvido pela Petrobras, agradecendo especialmente os investimentos realizados em laboratórios da Universidade Federal de Alagoas.

Collor criticou, por outro lado, o “pequeno interesse” demonstrado pelo setor privado no país em contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro.

– Não vejo a iniciativa privada

atenta a esse apagão de técnicos e engenheiros que existe no país. Diversas empresas parecem que se sentem mais confortáveis em ir ao exterior e contratar lá fora – disse o senador.

Participaram ainda da audiência pública o diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Miguel Antonio Cedraz Nery; o secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, Cláudio Scliar; e o diretor de Relações Institucionais e Desenvolvimento da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – Serviço Geológico do Brasil, Fernando Pereira de Carvalho.

Pará enfrenta uma situação caótica, relata Mário Couto

Mário Couto (PSDB-PA) declarou ontem que seu estado se encontra “à beira do abismo”, por falta de capacidade de gestão da governadora Ana Júlia Carepa (PT). Ele relatou viagem



Mário Couto

que realizou por 15 municípios paraenses e classificou de caótica a situação das escolas, dos hospitais e das estradas.

O senador apresentou fotos e pediu ao presidente Lula que ajude a sua amiga governadora. As imagens mostravam

alunos de uma escola do interior utilizando como bebedouro uma panela amassada com três canecas, além de carteiras quebradas e uma rodovia completamente arruinada entre os municípios de São Geraldo e Piçarra.

Mário Couto também destacou o lançamento da pré-candidatura de José Serra à Presidência e disse que 6 mil pessoas lotaram o centro de convenções de Brasília.

Papaléo: candidatos devem priorizar melhoria na saúde

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) afirmou ontem que a população brasileira já definiu a saúde como prioridade, numa referência à pesquisa realizada pelo Ibope entre 11 e 14 de setembro de 2009.

Segundo ele, os candidatos a presidente e aos demais cargos terão de levar a informação em conta nas eleições. Na pesquisa, disse Papaléo, 59% dos entrevistados consideraram a melhoria do atendimento à saúde como



Papaléo Paes

a principal prioridade, à frente de itens como educação, emprego e segurança pública, independentemente de faixa etária, sexo ou classe social.

– Essa é a prioridade que, por hora, a população elegeu. Cinquenta e nove por cento [dos entrevistados] avaliam a atenção à saúde como deficitária. Esse é o grande recado e o grande desafio que serão cobrados no pleito de outubro. Isso está muito claro – avaliou.

Cristovam Buarque defende auditoria nas licitações do GDF

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou ontem que ainda não defende a intervenção no governo do Distrito Federal, pois entende que, entre os nomes inscritos, pode sair um governador com postura



Cristovam Buarque

de interventor. Para ele, o melhor seria que os deputados distritais se comportassem como representantes dos eleitores e não como eleitores.

– Ao ver como está se comportando a nossa Câmara Legislativa, cada vez tendo mais a achar

que a melhor saída teria que vir de fora de Brasília. A população espera que venha alguém que mude, que dê um basta, que faça auditoria nas compras e licitações até do meu governo [no DF, de 1995 a 1998] – afirmou.

Cristovam disse que, se o próximo governador não fizer isso, perderá a legitimidade e ficará apenas com a legalidade da eleição indireta. Para ele, o processo legal só será legítimo se atender às aspirações da população.

Tocantins deu prioridade à Educação, diz Quintanilha

Leomar Quintanilha (PMDB-TO) disse ontem que o governador do seu estado, Carlos Henrique Gaguim, enfrentou muitas dificuldades, mas conseguiu formar um governo de coalizão que resultou no convite para que o senador ocupasse o cargo de secretário de Educação.

Gaguim, frisou Quintanilha, elegeu a educação como prioridade. Para isso, disse, foi preciso melhorar as condições de trabalho dos professores, refor-



Leomar Quintanilha

mando, ampliando, climatizando e construindo novas escolas, além de implementar o regime de tempo integral.

– Procuramos também atender as demandas dos nossos profissionais na área de recursos humanos, com a chamada progressão funcional, estimulando todos os que buscam ampliar os conhecimentos na área de educação. Conseguimos ampliar de 3 mil para mais de 5 mil profissionais a serem contemplados em 2010 – afirmou.

Senado debate recursos do pré-sal para Previdência

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza hoje audiência pública para discutir a possibilidade de destinar à Previdência Social parte dos recursos provenientes da exploração de petróleo na camada pré-sal. Entre os convidados está o ministro da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas.

A proposta é defendida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), que é um dos relatores do projeto que cria o Fundo Social do pré-sal.

Também devem participar do debate o deputado federal Antonio Palocci (PT-SP) e representantes das seguintes entidades: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Nova Central Sindical de Trabalhadores, Fórum Sindical dos Trabalhadores, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (Contratuh), Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap) e Federação Única dos Petroleiros (FUP).

Amanhã, sete comissões permanentes se reúnem para discutir o projeto que cria o Fundo Social (PLC 7/10), já aprovado pela Câmara dos Deputados. Paim promete, como relator, destinar recursos da exploração do pré-sal à Previdência Social e à área da saúde.

Pauta inclui a criação da Petro-Sal

Já está na pauta do Plenário o projeto de lei (PLC 309/09) que autoriza o Executivo a criar a Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – Petro-Sal. A empresa será responsável pela gestão de contratos de partilha de produção e comercialização de petróleo na área do pré-sal.

De iniciativa do presidente da República, esse é um dos quatro projetos que tratam do novo marco regulatório para a exploração do petróleo. Como chegou mais cedo ao Senado, o projeto é o primeiro dos quatro a entrar na ordem do dia do Plenário.

O texto, que recebeu nove emendas, tramitou nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infraestrutura (CI). Os relatores foram, respectivamente, os senadores Tasso Jereissati (PSDB-CE), Gim Argello (PTB-DF) e Paulo Duque (PMDB-RJ).

A proposta tramita em regime de urgência e, caso não seja votada até o dia 18, passará a trancar as votações. Para que os senadores possam deliberar sobre o projeto, precisam antes votar as duas medidas provisórias que estão bloqueando a ordem do dia.

Senador acusa adversários de pretenderem repetir com ele "a velha e malfadada estratégia do dossiê Cayman e do dossiê dos aloprados" e promete ir às últimas consequências para punir criminalmente os responsáveis

Marconi denuncia dossiê falso, pede investigações e recebe solidariedade

MARCONI PERILLO (PSDB-GO) denunciou a existência de um dossiê falso, "ao estilo do Cayman e dos aloprados", com o objetivo de atingi-lo eleitoralmente. Marconi, que é candidato a governador de Goiás nas eleições de outubro, anunciou ter feito representações à Presidência do Senado, à Procuradoria-Geral da República e ao Ministério da Justiça pedindo a apuração da origem do documento.

O senador, que recebeu a solidariedade de sete de seus pares em Plenário, disse que irá às "últimas consequências" para identificar os autores e puni-los criminalmente. Marconi acusou adversários de pretenderem repetir com ele "a velha e malfadada estratégia do dossiê Cayman e do dossiê dos aloprados, forjados próximos às eleições", com o propósito de atingir membros do governo Fernando Henrique Cardoso, no primeiro caso, e o então governador de São Paulo, José Serra, no segundo.

De acordo com o senador,



Marconi Perillo: "Não é possível ficar calado diante de tamanha infâmia"

o amorismo de 1998 e de 2006 se repete agora, porque nem seu nome consta de forma correta no passaporte falsificado. Também o nome de seu segundo suplente, Paulo de Jesus, "igualmente incluído no dossiê, como outorgante de suposta procuração", é grafado de maneira incorreta.

O parlamentar disse ter ligado

para Paulo de Jesus, perguntando-lhe se tinha conta no exterior. O segundo suplente respondeu-lhe que não e que seus contatos se limitam a Goiânia, pois "não conhece nem o Paraguai". Marconi disse que, com o intuito de difamá-lo, há um documento apócrifo que menciona movimentação financeira e possíveis imóveis

nos Estados Unidos, em nome de Aztec Group.

– Não é possível ficar calado diante de tamanha infâmia, não é possível não se indignar, ficar inerte diante de tamanha pilantragem, ato de salafrário, perverso e cretino.

Apoio

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse que os adversários do governo devem se preparar, porque a alternância no poder, "que deveria ser uma festa democrática", pode virar uma guerra. Segundo Virgílio, a manutenção do grupo que está no poder é encarada como "algo de vida ou morte".

Também manifestaram solidariedade a Marconi os senadores Cícero Lucena (PSDB-PB), Papaléo Paes (PSDB-AP), Alvaro Dias (PSDB-PR), Mário Couto (PSDB-PA), Paulo Duque (PMDB-RJ) e Lúcia Vânia (PSDB-GO). Cristovam Buarque (PDT-DF) parabenizou Marconi por levar o assunto à tribuna, que considerou a "melhor maneira de enfrentar esses problemas.



Foto: Geraldo Magela

Para senador, União precisa reconhecer sua responsabilidade nos prejuízos

Paim reitera apoio a beneficiários do Fundo Aerus

Paulo Paim (PT-RS) voltou a declarar apoio às reivindicações de aposentados e pensionistas da Aerus, principalmente os da Varig, que teriam sido prejudicados por decisões da Secretaria de Previdência Complementar. Disse que a União precisa reconhecer sua responsabilidade nos prejuízos.

– Houve fraude à lei, houve fraude ao regime de capitalização. Hoje, são 17 mil participantes do Aerus, sendo 8.500 aposentados e pensionistas, e 8.500 ativos, funcionários demitidos que estão a ver navios. Pessoas que há quatro anos tiveram suas aposentadorias e seus vencimentos reduzidos a 8% do que recebiam até 12 de abril de 2006 – disse Paim, que, em aparte, recebeu apoio de Eduardo Suplicy (PT-SP).

Cícero Lucena comemora o lançamento da candidatura de Serra

Cícero Lucena (PSDB-PB) comentou a cerimônia de lançamento da pré-candidatura do ex-governador de São Paulo, José Serra, à Presidência da República, realizada no último sábado



Cícero Lucena

em Brasília. Na ocasião, PSDB, DEM e PPS oficializaram a pré-candidatura do também ex-senador e ex-ministro.

– O encontro foi um absoluto sucesso. Superou todas as expectativas de público: mais de três mil pessoas lotaram o local do evento. Caravanas de todos os estados do Brasil, com jovens e adultos – disse.

Para o senador, Serra tem profundo conhecimento dos desafios brasileiros, tem experiência comprovada, história de luta e compromisso com o Brasil e a população.

Alvaro Dias prevê um governo voltado para as classes mais pobres

Alvaro Dias (PSDB-PR) elogiou o discurso de José Serra no lançamento de sua candidatura. Para o senador, Serra reconheceu os avanços conquistados pelo país nos últimos 25 anos.



Alvaro Dias

– Serra fez referência à estabilização da economia, ao ajuste fiscal, à Lei de Responsabilidade Fiscal, ao avanço da sustentabilidade financeira, à recuperação da competitividade da nossa economia, dando crédito a quem deve ter crédito.

O discurso demonstrou, disse Alvaro Dias, que um governo Serra teria como prioridades atenção aos mais pobres, "uma revolução na educação como suporte para o desenvolvimento sustentável" e investimentos na saúde e segurança públicas compatíveis "com as exigências nacionais".

Virgílio defende exilados de comentário de Dilma Rousseff

Para o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), o presidente Lula começa a mostrar insegurança "ao fingir desdenhar" da oposição, quando afirmou que essa seria a eleição mais fácil do PT e que pretende "liquidar essa fatura" no primeiro turno.



Arthur Virgílio

O líder do PSDB disse lamentar que a ex-ministra da Casa Civil e pré-candidata do PT, Dilma Rousseff, tenha declarado que "os exilados teriam sido covardes por fugirem da luta contra a ditadura militar", numa alusão ao candidato José Serra. O senador afirmou que os exilados contribuíram muito mais para que a democracia fosse instalada no país do que as pessoas que pegaram em armas porque, do exterior, eles lutaram para minar o regime ditatorial.

Mão Santa diz que candidato está melhor agora do que em 2002

Mão Santa (PSC-PI) afirmou ontem ter ficado emocionado sábado, durante o lançamento da pré-candidatura de José Serra à Presidência, quando este lembrou do pai, "que carregava caixas de frutas"



Mão Santa

na feira para que ele pudesse "carregar livros e estudar". O senador disse acreditar que Serra sairá vencedor nas eleições de outubro.

– Ele hoje é outro. Está mais humilde, depois da derrota para Lula, em 2002. Preocupa-se mais com o Brasil e menos com São Paulo – manifestou.

Sobre a disputa no Piauí, Mão Santa disse ainda que "todos os candidatos" que estão se apresentando para disputar o governo do estado "são bons" e que o PT desistiu de apresentar um nome para a eleição.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Paulo Paim • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Cíntia Sasse, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Secs ouve opinião dos senadores

Como parte do processo de elaboração do planejamento estratégico, a Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado (Secs) conversou sobre o seu papel com um grupo de senadores. De modo geral, eles disseram que a Secs presta um grande serviço ao Senado e ao povo brasileiro, acompanhando os trabalhos legislativos e dando oportunidade para que os cidadãos possam fiscalizar a atuação parlamentar.

– Muitas vezes, há incompreensão, pensando que nós estamos estabelecendo um tipo de propaganda da atuação dos senadores, quando, na realidade, a função dos nossos serviços de comunicação é institucional, é de prestar serviços à instituição, mostrando ao Brasil o que é a instituição do Senado, o que ela representa para a democracia e o que tem feito pelo povo brasileiro – disse José Sarney.

Tião Viana (PT-AC) lembrou que o Senado tem papel fundamental na história da democracia brasileira e que, sem a comunicação como um veículo de apresentação da luta parlamentar, o Legislativo se enfraqueceria.

– E o grande vetor que afirma a importância, o valor e a utilidade pública do Legislativo é a política de comunicação que o Senado tem exercido – disse.

Ideli Salvatti (PT-SC) destacou a importância da Secs como contraponto a informações que muitas vezes seriam veiculadas de forma distorcida na grande imprensa.

– A Secs deve mostrar que os senadores passam, mas a instituição democrática Senado permanece.

Para Edison Lobão (PMDB-MA), a Secs apoia eficientemente o trabalho parlamentar.

– Foi exatamente o serviço de comunicação do Senado que fez com que esse trabalho surgisse, avultasse, como ocorre hoje.

Já Alvaro Dias (PSDB-PR) destacou o desafio de dar maior alcance à informação que emana da Casa.

– Em algumas regiões do país, a TV Senado é aberta; em outras, não é. E isso, sem dúvida, é uma dificuldade que enfrentará a comunicação no Senado, de buscar uma abrangência maior.

Sobre a utilização dos veículos pelos senadores, alguns disseram que a cobertura deve ser mais equânime.

– Percebo, por vezes, tratamento diferenciado no jornal impresso e mesmo na agência – opinou Fátima Cleide (PT-RO).

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou a necessidade de um contato mais próximo da comunicação da Casa com as assessorias de imprensa dos senadores.

Reunião de planejamento estratégico projeta os próximos oito anos e elege os valores que devem nortear divulgação do que acontece no Legislativo, envolvendo jornalismo, relações públicas, publicidade e pesquisas de opinião

Comunicação Social do Senado prioriza ética, transparência e responsabilidade

O TRABALHO DA Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado (Secs) nos próximos oito anos deverá ser pautado por valores como ética, transparência, imparcialidade, responsabilidade social, garantia do direito à informação, compromisso com a instituição, excelência profissional, inovação e responsabilidade administrativa e financeira.

Esse foi um dos resultados do segundo dia de debates do planejamento estratégico que a Secs está realizando. Os dirigentes da secretaria se reuniram ontem para definir os princípios e valores e a visão de futuro da Secs. Na sexta, foram definidos o negócio e a missão da instituição.

Do trabalho devem resultar as diretrizes para as atividades de comunicação social do Senado, incluindo as áreas de jornalismo, relações públicas, publicidade e pesquisa de opinião.

Os trabalhos têm sido pautados pela preocupação em

consolidar a Comunicação do Senado como instrumento de exercício da cidadania. Os participantes do encontro definiram como visão de futuro da Secs: “Ser referência em comunicação pública, levando as atividades do Senado Federal a um número cada vez maior de pessoas, de modo a ampliar a participação da sociedade no processo político e fazer com que os cidadãos valorizem o Parlamento como essencial para a democracia e a melhoria de vida dos brasileiros”.

Avaliação

Os trabalhos continuam na sexta-feira, quando será feita a análise de ambiente. Os diretores dos órgãos que compõem a Secs, juntamente com as gerências médias, avaliarão os pontos fracos e fortes e as ameaças e oportunidades do setor.

O planejamento vem sendo conduzido com o auxílio de técnicos da Secretaria Especial

Veja o calendário completo

Oito oficinas, ao longo de um mês, reúnem gestores da Comunicação Social do Senado

Evento	Data
Oficina 1 – negócio (manhã); missão (tarde)	9 de abril
Oficina 2 – princípios e valores (manhã); visão (tarde)	12 de abril
Oficina 3 – análise de ambientes e PEG	16 de abril
Oficina 4 – temas (manhã); objetivos: clientes (tarde)	19 de abril
Oficina 5 – objetivos: processos internos (manhã); objetivos: aprendizado e crescimento (tarde)	23 de abril
Oficina 6 – mapa estratégico (manhã); iniciativas estratégicas (tarde)	26 de abril
Oficina 7 – plano de TI: necessidades	30 de abril
Oficina 8 – plano de TI: soluções priorizadas	3 de maio

Se você tiver dúvidas ou sugestões sobre os trabalhos que vêm sendo realizados, envie uma mensagem para a Secs – secsplanest@senado.gov.br

de Informática (Prodasen) que têm experiência com esse tipo de atividade. As oficinas de

discussão, que ocorrem às segundas e sextas-feiras, vão até o dia 3 de maio.



Na reunião de ontem, visão de futuro definida foi a de ser “referência em comunicação pública” e levar informação a um número cada vez maior de pessoas

Em seminário, representantes da mídia atestam força dos veículos

A Secretaria de Comunicação do Senado realizou no dia 22 de março um seminário, com a presença do presidente José Sarney, para discutir seu papel e subsidiar o planejamento estratégico para os próximos oito anos.

Professores e jornalistas convidados ressaltaram a qualidade e o alcance da informação prestada pelos meios de comunicação do Senado.

– A mídia do Senado é muito importante e poderosa. Somente a Agência Senado teve 19,2 milhões de acessos [pela internet] em 2009. Produz cerca de mil reportagens por mês, uma média de 50 por dia, chegando a 80 nos dias de pico – afirmou a colunista do jornal *Folha de S. Paulo*, Eliane Cantanhêde, que mediu o evento.

Alon Feuerwerker, colunista do jornal *Correio Braziliense*, lembrou que as mídias próprias do Senado assumiram parte da cobertura institucional que era realizada pela mídia privada. Esta, agora, tenta encontrar seu caminho em reportagens mais críticas, ou analíticas. Ele também destacou a qualidade

da informação dos veículos do Senado.

O jornalista Gustavo Krieger, da FSB Comunicações, exaltou a credibilidade adquirida pelos veículos de comunicação do Senado. Ele afirmou que os meios de comunicação da instituição só manterão essa credibilidade se não transparecerem para o público que suas notícias e reportagens tentam fazer algum tipo de propaganda ou publicidade.

A diretora da TV Globo em Brasília, Sílvia Faria, disse que tem um monitor em seu escritório permanentemente ligado na TV Senado.

Ela também afirmou que utiliza a Agência Senado para apurar detalhes de projetos aprovados pela Casa e qualificou a informação de “extremamente confiável”.

– Para nós da Globo, o problema é que o jovem hoje não assiste TV, ele navega na internet.

Esse é um desafio que temos que enfrentar – disse Sílvia.

Já o jornalista e empresário Manoel Fernandes, da revista *Bites*, chamou a atenção para o pouco aproveitamento, pelo Senado e seus meios de comunicação, das novas tecnologias disponíveis. Ele sugeriu que esses veículos atuem com mais organização na internet. Para ele, é necessário ver esse novo mundo tecnológico “de maneira estruturada”.



Sarney (na primeira fila) acompanhou as palestras do seminário organizado pela Secretaria de Comunicação Social

Proposta garante assessoria técnica aos consumidores de energia elétrica

Renato Casagrande apresenta hoje projeto para a criação de conselho nacional. Experiência de 15 anos mostra que os atuais conselhos, sustentados pelas concessionárias, foram inviabilizados pelo conflito de interesses



SHUTTERSTOCK

Outra proposta, de Antônio Carlos Valadares, aumenta de 15 para 30 dias o prazo entre aviso e corte do fornecimento por falta de pagamento

Projeto já aprovado no Senado amplia direitos de usuário

Atualmente, o consumidor tem direito de ser avisado com 15 dias de antecedência sobre o corte de energia por falta de pagamento, de acordo com informações que a Aneel oferece em sua página na internet. Mas esse prazo poderá ser ampliado para 30 dias no caso de moradias de baixa renda, casas de saúde, escolas, presídios e centros de internação de menores, segundo projeto de lei (PLS 178/08) de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no último dia 7 e encaminhado à Câmara dos Deputados.

Os outros direitos assegurados ao consumidor de energia elétrica, segundo a Aneel, são os seguintes:

- ▶ seis opções, no mínimo, de data de vencimento da sua conta;
- ▶ luz de volta no máximo em até quatro horas, caso ela tenha sido cortada indevidamente;
- ▶ restabelecimento da energia em até 48 horas após cessado o motivo do corte;
- ▶ restituição de eventuais prejuízos causados por falhas no fornecimento de energia;
- ▶ verificação de leitura e do medidor, caso a conta de luz venha com valor muito diferente do normal;
- ▶ livro disponível para fazer sugestões e reclamações em todos os postos de atendimento da sua concessionária de energia;
- ▶ telefone 167, da Aneel, disponível, caso o problema não seja resolvido com a concessionária.

A agência fornece, em sua página www.aneel.gov.br orientação para as perguntas mais frequentes do consumidor.

PARA GARANTIR A participação efetiva de 62 milhões de brasileiros – classificados como consumidores cativos – nas decisões da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), é necessário assessoramento técnico qualificado para entender a intrincada e complexa rede de leis e regulamentos que disciplinam o setor. Estão nessa classificação consumidores residenciais, comerciais, pequenas e médias indústrias e as grandes, que consomem acima de três megawatts e não migraram para a categoria de consumidores livres.

Diante dessa constatação e dos pleitos de organizações da sociedade civil, o presidente da

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), senador Renato Casagrande (PSB-ES), apresenta hoje projeto de lei que cria o Conselho Nacional de Consumidores das Prestadoras de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica (Conacon).

Uma das principais funções do Conacon, integrado pelos representantes dos consumidores, do Procon e do Ministério Público, é viabilizar o assessoramento técnico para a participação em consultas e audiências públicas da Aneel. Para manter as atividades do Conacon, que deverá contar com uma estrutura de

conselhos regionais, o projeto de Casagrande prevê a instituição do Fundo de Defesa dos Usuários de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica.

Esse fundo deverá ser alimentado pelas multas aplicadas pela Aneel nos agentes do setor elétrico e por outras fontes, como venda de publicações, doações, recursos provenientes de convênios, acordos e contratos com organismos nacionais e internacionais e parcela da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica. Os conselheiros serão designados pelo presidente da República, após aprovação do Senado.

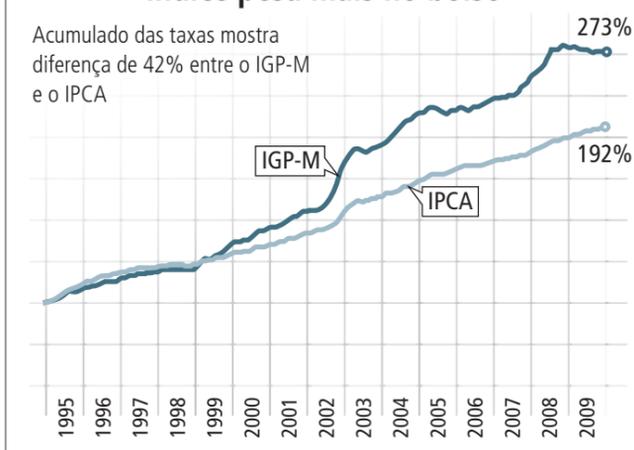
Mudança de indexador deve baixar tarifa elétrica

A correção da tarifa de energia elétrica e de outros serviços públicos segue a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), indexador que, por ser muito sensível ao aumento do dólar, é desfavorável ao consumidor. Com o objetivo de alterar o fator de atualização tarifária para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que nos últimos anos mostrou evolução bem inferior ao IGP-M (ver info), Renato Casagrande apresentou recentemente projeto de lei (PLS 33/10) que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A explicação do senador é que, com a atual situação econômica do país, não mais se justifica um índice que embute o risco cambial para os usuários dos serviços públicos. O mais recomendável é que seja feita pela “inflação efetivamente percebida pelo consumidor final”, diz Casagrande. O projeto determina que o novo índice seja adotado para os novos contratos ou para os existentes, na época de sua prorrogação. Nos próximos cinco anos, exemplificou, muitos contratos do setor elétrico estarão vencendo.

Índice pesa mais no bolso

Acumulado das taxas mostra diferença de 42% entre o IGP-M e o IPCA



Saiba mais

Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)
www.aneel.gov.br
acessar Espaço do Consumidor
Disque 167

Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)
www.idec.org.br

Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor
<http://portal.mj.gov.br/dpdc/data/Pages/MJ5E813CF3PTBRIE.htm>

www.senado.gov.br/conleg/textos_discussao/NOVOS%20TEXTOS/texto62%20-%20Edmundo%20Montalvao.pdf

Conselhos nunca chegaram a funcionar

Os conselhos de consumidores previstos pela Lei 8.631/93 foram concebidos para serem sustentados pelas concessionárias. Passados mais de 15 anos, a experiência mostrou que o conflito de interesses entre consumidores e concessionárias impediu seu funcionamento adequado.

Entidades de outros segmentos, como a Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace) e a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), possuem equipes técnicas capacitadas para participar das **consultas e audiências públicas** da Aneel. Enquanto isso, explica o consultor do Senado Edmundo Montalvão, os consumidores cativos, sem o mesmo nível de argumentação técnica, continuam os mais vulneráveis nessas negociações.

Em abril do ano passado, a própria Aneel realizou consulta pública (nº 17) para colher informações e avaliar a atuação dos conselhos. As queixas mais frequentes foram falta de apoio, pouco conhecimento dos conselheiros na área de energia elétrica e necessidade de assessoramento técnico. A mesma consulta evidenciou a reivindicação de um conselho nacional, em moldes parecidos ao proposto por Renato Casagrande.

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) apresentou, em março último, seu estudo *Agências reguladoras e a tutela do consumidor*, promovido pela Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça. O cerne de suas sugestões está na defesa da criação de um fundo federal de fomento à participação das entidades civis de defesa do consumidor no “processo regulatório”, seguindo caminho semelhante ao projeto de Casagrande. A diferença é que o fundo proposto pelo Idec financiaria a participação dos consumidores em outros setores, e não só no elétrico.

O QUE SÃO AUDIÊNCIAS E CONSULTAS PÚBLICAS?

A Aneel define as audiências e consultas públicas como forma de compartilhar com a sociedade a reestruturação do mercado de energia elétrica. A audiência é “um instrumento de apoio ao seu processo decisório, de ampla consulta à sociedade, que precede a expedição dos seus atos administrativos”. Já a consulta pública é um instrumento administrativo para apoiar na instrução de processos de regulamentação e fiscalização e na implementação de suas atribuições específicas.